



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
BÁSICA
GRUPOS DE ESTUDOS 2008



2º Encontro

Avaliação – um processo Intencional e Planejado

O presente texto tem a ver com os instrumentos de coleta de dados sobre o desempenho de aprendizagens dos estudantes em nossas escolas.

Produzir bons e adequados instrumentos para coletar dados na avaliação da aprendizagem dos nossos educandos, sem subterfúgios, sem enganos, sem complicações desnecessárias, sem armadilhas, significa preparar uma avaliação intencional e bem planejada. Esse processo de avaliação requer instrumentos e estratégias que:

1. ofereçam desafios, situações-problema a serem resolvidas;
2. sejam contextualizadas, coerentes com as expectativas de ensino e aprendizagem;
3. possibilitem a identificação de conhecimentos do aluno e as estratégias por ele empregadas;
4. possibilitem que o aluno reflita, elabore hipóteses, expresse seu pensamento;
5. permitam que o aluno aprenda com o erro;
6. exponham, com clareza, o que se pretende;
7. revelem, claramente, o que e como se pretende avaliar.

Os métodos de avaliação mais eficazes e os critérios a serem considerados

Qualquer instrumento de coleta de dados sobre o desempenho da aprendizagem é bom, contanto que seja adequado como recurso de investigação (pesquisa) sobre as aprendizagens dos educandos, de tal forma que possibilitem uma intervenção adequada de reorientação do trabalho pedagógico.

Avaliar é investigar para intervir. Para realizar essa tarefa, o professor poderá construir os mais variados instrumentos, com a condição de que eles sejam bem elaborados e adequados às suas finalidades.

Se nossos instrumentos forem planejados e elaborados com certos requisitos

metodológicos da ciência, coletarão verdadeiramente os dados da aprendizagem dos educandos, o que garantirá, por sua vez, um juízo qualitativo correto sobre a aprendizagem dos educandos e sua reorientação, caso seja necessário.

Provas, testes e os trabalhos em grupo (geralmente chamados trabalhos de pesquisa) são os instrumentos de avaliação privilegiados – quando não únicos – nas práticas avaliativas em nossas escolas. Não surpreende que haja professores, ainda hoje, que referem-se às provas como a “avaliação propriamente dita”. Na utilização reiterada desses instrumentos e na maneira como são elaborados, observamos que é prática dos alunos procurarem dar respostas que explicitem exatamente aquilo que eles supõem que o professor queira saber ou, ainda, respostas que se apresentem o mais parecidas possível com os enunciados do professor.



Na leitura da tirinha, podemos estabelecer alguns pontos de contato com estratégias de avaliação que conhecemos?

Neste contexto, cabe a pergunta: “Será que nossos instrumentos de coleta de dados para a avaliação têm tido o objetivo de detectar a aprendizagem de um determinado conteúdo (informações) por parte do educando ou têm tido o objetivo de detectar a capacidade do educando de desvendar enigmas?”

Uma resposta insatisfatória, em casos assim, não revelará, em princípio, que o estudante não aprendeu o conteúdo, mas poderá simplesmente estar manifestando que ele não entendeu o que lhe foi perguntado. Nesta circunstância, o difícil não é desempenhar a tarefa solicitada, mas sim compreender o que se pede.

Dentre as práticas avaliativas, emerge um fenômeno comum, qual seja: a seleção de conteúdos presentes em nossos planos de ação docente e aqueles considerados em nossas estratégias de avaliação. É comum os alunos perguntarem sobre “o que vai cair na prova”, uma vez que já sabem que nem toda a sua aprendizagem será levada em consideração. Essa situação pode produzir estados de desânimo e frustração, que muitas

vezes podem ser confundidos com desinteresse pelos estudos.

Assumimos o direito de escolher, arbitrariamente, sobre o que eles serão avaliados, ou não, ao invés de considerar que, necessariamente, deveriam ser avaliados sobre a aprendizagem de tudo aquilo que elegemos, em nossos planejamentos de ensino e em nossas atividades pedagógicas em sala de aulas, como conteúdos de ensino: os grandes núcleos conceituais, as práticas de linguagem, artísticas ou corporais

Se há conteúdos não serão levados em consideração na observação do desempenho do educando, que razão haveria para o professor orientar os estudantes a dedicarem-se ao seu estudo? Será que, de fato, eram importantes? Se não eram, por que foram incluídos em nossos planejamentos e em nossas aulas?

É importante, aqui, retomar do texto de nosso primeiro encontro, as considerações sobre a **avaliação contínua e formativa**. A abrangência dessa avaliação alcança todo o processo de construção de conhecimentos que acontece nas salas de aula. Ou seja, se os conteúdos são importantes para estarem na proposta pedagógica curricular e, por conseguinte, em nossos planos de trabalho docente, então eles serão objeto de nossa avaliação.

A seleção dos conteúdos com os quais vamos trabalhar é indissociável dos critérios de avaliação, da expectativa de aprendizagem. No trabalho com determinado conteúdo, nós, professores, devemos distinguir quais instrumentos são mais apropriados para avaliar. É esta compreensão que vai nortear o peso que daremos a cada instrumento utilizado.

O critério é a síntese do conteúdo, estreitamente vinculado à expectativa de aprendizagem, e define, de forma clara, os propósitos e a dimensão do que se avalia.

Nós, educadores, devemos, em primeiro lugar, ter claro o que desejamos com a nossas atividades, ou seja, um plano de ação docente que organize nosso trabalho pedagógico. É preciso ter intenções, se desejamos chegar a algum lugar. No caso, nossa maior intenção é que nossos educandos aprendam o que necessitam, da melhor forma possível. Necessitamos de um mapa da mina: o que é mesmo necessário que nossos educandos aprendam? Em segundo lugar, investir muito para que os resultados sejam obtidos, conforme os desejados. Não existirão resultados bem sucedidos sem investimento adequado e persistente.

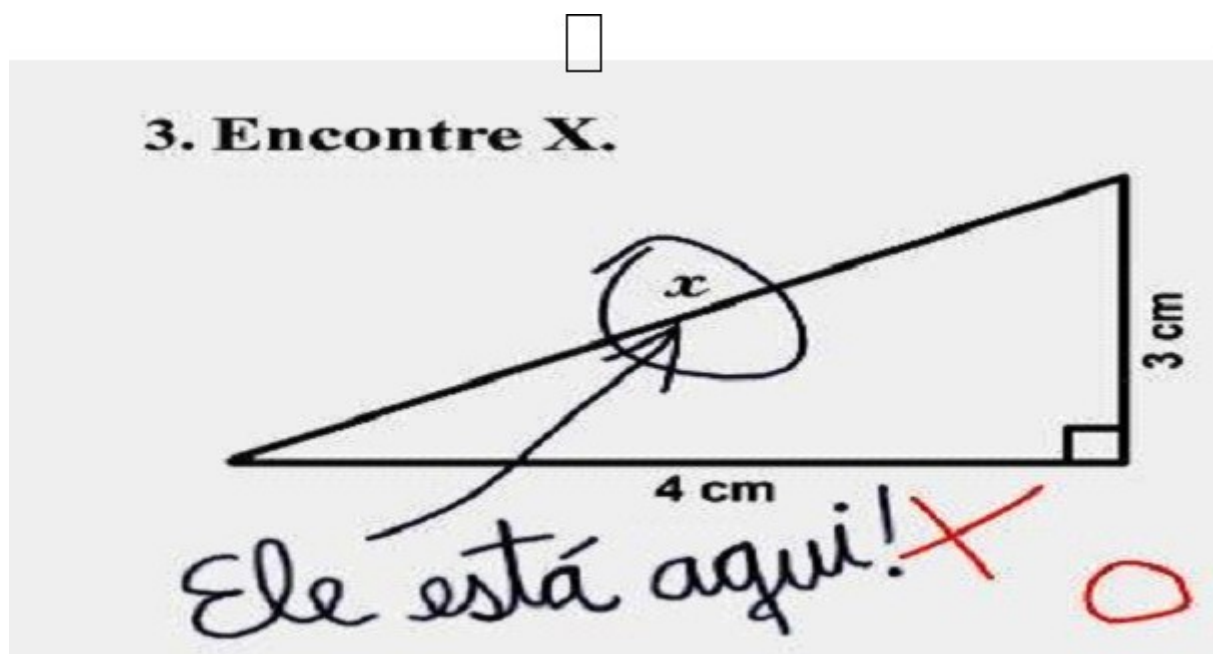
Neste ponto de nossa reflexão, tem sentido falar sobre um assunto que tem sido causa de polêmicas e de grandes discussões nas escolas: a recuperação. A lógica, no fundo, é clara: se selecionamos determinado conteúdo, porque o julgamos importante na formação do estudante, então investiremos em todas as estratégias possíveis para que

ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, para garantir, no mínimo, a possibilidade de aprendizagem. A Avaliação incide, também, sobre a recuperação de conteúdos. A recuperação da nota é apenas uma decorrência disso.

Precisamos, enfim, praticar a avaliação a serviço do nosso plano de ação docente, a serviço da obtenção dos resultados esperados, usar a avaliação como recurso de diagnóstico da aprendizagem dos nossos educandos, de modo a orientar nossas intervenções para a melhoria dos resultados desejados.

Vale a pena lembrar que um instrumento de coleta de dados para a avaliação do desempenho do educando deve respeitá-lo em seus esforços de estudar e aprender, sem enganá-lo (o que, se ocorrer, poderá conduzi-lo ao desânimo). Para tanto, o instrumento de avaliação deverá ser construído de forma metodológica, cientificamente adequada, e planejado para cobrir os conteúdos ensinados e que deveriam ser aprendidos.

O instrumento de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem do educando, seja qual for o modelo que escolhermos, deverá apresentar um enunciado preciso, (sem ambigüidades), em linguagem clara (o estudante necessita compreender clara e objetivamente o que está sendo solicitado que faça, caso contrário, como poderá responder ou realizar o que foi pedido, com adequação?).



A **diversidade** de **instrumentos** e técnicas avaliativas é fundamental. É importante considerar que o que valor de um instrumento ou técnica de **avaliação** reside em sua capacidade de fornecer subsídios que auxiliem tanto ao professor como ao aluno a

desencadearem uma melhora no processo de aprendizagem.

A utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de **avaliação** não permite ver o indivíduo sob todos os ângulos, o que pode induzir a erros graves, uma vez que há instrumentos que podem não ser adequados para avaliar na perspectiva de um ou outro critério.

Sobre a Subjetividade

Por mais rigor que os professores queiram dar aos **instrumentos** de **avaliação**, a subjetividade está inevitavelmente presente: na escolha que se faz dos itens, no modo como se apresentam, na linguagem que se utiliza.

A leitura que o professor faz das respostas do aluno, as expectativas que tem em relação a elas são ainda carregadas de subjetividade. Aceitar a subjetividade em **avaliação** é condição para um aprofundamento dos problemas e uma melhor aproximação da realidade. Aceitar a subjetividade em **avaliação** é a forma mais eficaz de tentar controlá-la, evitando a ilusão de que a objetividade é possível e de que o *aluno é aquilo que o teste mede*.

Não sendo possível eliminar a subjetividade é, no entanto, desejável tentar relativizá-la. O caminho a seguir é a definição de critérios claros e, também, a diversificação dos **instrumentos**

Nenhum instrumento de avaliação é completo em si mesmo, nem há instrumento de **avaliação** que dê uma imagem completa, nítida e definitiva da realidade. Da mesma forma, não há **instrumentos** de **avaliação** “fáceis” ou “difíceis”. A dificuldade de um instrumento de **avaliação** está dependente do contexto de realização, das variáveis que interagem.

Há algumas variáveis que precisam ser consideradas:

- O mesmo problema apresentado de forma diferente tende a conduzir a níveis de realização diferentes.
- A mesma resposta lida por avaliadores diferentes pode ter interpretações diversas que resultam, por vezes, em avaliações divergentes.
- O mesmo avaliador, em momentos diferentes, está sujeito a ler diferentemente as mesmas respostas dos alunos.

Mesmo levando em conta as variáveis, é imprescindível, na elaboração/aplicação dos instrumentos de avaliação, o rigor na elaboração.

Enfim, é preciso muito mais do que um teste (ou apenas um instrumento, qualquer

que seja) para fazer análises confiáveis. A aplicação de um teste – ou de um instrumento – representa apenas a fotografia de um determinado momento e, como tal, não constitui a avaliação integralmente.



Os resultados não nascem espontaneamente, necessitam de ação consistente para serem produzidos. Ou investimos em nossa ação ou os resultados não chegam até nós.

Investir no processo para obter produtos significativos, usando atos avaliativos a serviço do sucesso da prática educativa, investir no processo para se chegar a resultados efetivos, o que significa que processo e produto são duas faces indissociáveis da mesma moeda.



APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

A diversificação dos instrumentos de avaliação está indissociavelmente ligada à concepção de avaliação contínua e formativa que discutimos na primeira parte deste texto.

Se a avaliação contínua e formativa visa a aprendizagem, a formação do aluno, então essa continuidade precisa se concretizar, de fato, nas diferentes atividades de

ensino/aprendizagem que acontecem na sala de aula.

Os modelos de atividade criadas pelos Grupos de Estudos para alimentar o banco de atividades avaliativas no Portal Dia a dia Educação são os seguintes:

1. ATIVIDADE DE LEITURA COMPREENSIVA DE TEXTOS

A avaliação da leitura de textos é uma das possibilidades para que o professor verifique a compreensão dos conteúdos abordados em aula, analisando o conhecimento prévio do aluno e aquele adquirido na Educação Básica. Assim, o professor deve considerar algumas situações para esse tipo de avaliação: a escolha do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação.

Os textos utilizados para leitura devem se referir ao conteúdo e à discussão atual apresentada em aula. São importantes a adequação ao nível de ensino, bem como à faixa etária do aluno. A escolha criteriosa dos textos é relevante para não se perder o foco do conteúdo abordado, de modo a permitir, com a reflexão e a discussão, a ampliação dos horizontes de conhecimento.

Neste contexto são necessários critérios que possibilitem avaliar os conhecimentos dos alunos, de forma clara e adequada, na especificidade de cada disciplina.

Ao avaliar a leitura dos alunos o professor deve considerar se:

- houve compreensão das idéias presentes no texto, com o aluno interagindo com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias;
- o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas idéias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada;
- foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

Observação importante: Na inclusão desta atividade no Portal, o grupo deverá apresentar as questões que serão feitas para avaliar a compreensão do texto pelo aluno.

2. PROJETO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O Projeto de pesquisa bibliográfica, para os alunos da Educação Básica, constitui-se numa consulta bibliográfica que tem como finalidade proporcionar ao aluno o contato com o que já foi escrito ou pensado sobre o tema que ele está pesquisando. Esse contato, entretanto, não poderá se resumir à mera cópia. O aluno precisa construir esse

conhecimento e, para isso, não é suficiente que se dê para ele o título da pesquisa.

O projeto de pesquisa bibliográfica demanda do professor o papel de orientador. Isso requer que o professor conheça o acervo da Biblioteca Escolar, tanto os livros quanto periódicos ou outros materiais, para poder fazer indicações de leituras para os alunos. Além da Biblioteca Escolar, o professor pode e deve indicar artigos ou textos, e mesmo sites, ampliando o leque de opções de leitura para que o aluno tenha subsídios de qualidade para fundamentar a produção de seu texto.

A solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se propõe ao aluno.

Passos para uma consulta bibliográfica:

1. Contextualização

Significa abordar o tema de forma a identificar a situação, o contexto (espaço / temporal) no qual o problema a seguir será identificado. É uma introdução ao tema.

2. Problema

Uma questão levantada sobre o tema, uma situação problema, apresentados de forma clara, objetiva e delimitando o foco da pesquisa na busca de solução para o problema.

3. Justificativa

Argumentar sobre a importância da pesquisa para o contexto em que alunos e professores encontram-se inseridos.

4. Revisão bibliográfica/ consulta bibliográfica

É o texto escrito pelo aluno, a partir das leituras que fez. Na escrita, o aluno deve remeter-se aos textos lidos, através de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

3. PRODUÇÃO DE TEXTO

As atividades de produção escrita devem considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Isso significa compreender que a linguagem – e, por conseguinte, os textos – se constroem justamente nas práticas de linguagem que se concretizam nas atividades humanas. O texto de Física, de História, de Matemática, ou de quaisquer das disciplinas são construídos, assim, na esfera de um agir/interagir humano e, por isso mesmo, coletivo, social. Além disso, qualquer texto produzido é sempre uma resposta a outros textos, está sempre inserido num contexto dialógico.

É preciso considerar, então, as circunstâncias de produção dos textos que são solicitados ao aluno para que ele possa assumir-se como locutor e, desta forma, conforme propõe Geraldi (1997), *ter o que dizer; razão para dizer; como dizer; interlocutores para quem dizer*.

As propostas de produção textual precisam “corresponder àquilo que, na verdade, se escreve fora da escola – e, assim, sejam textos de gêneros que têm uma função social determinada, conforme as práticas vigentes na sociedade” (ANTUNES, 2003, pp.62-63). Há diversos gêneros, nas diferentes disciplinas da Educação Básica, que podem e devem ser trabalhados em sala de aula para aprimorar a prática de escrita numa abrangência maior de esferas de atividade.

Na prática da escrita, há três etapas articuladas:

- planejar o que será produzido, tendo em vista a intenção;
- escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada;
- revisar, reestruturar e reescrever o texto, na perspectiva da intencionalidade definida.

Critérios de avaliação:

- Produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.);
- Expressar as idéias com clareza (coerência e coesão);
- Adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Elaborar argumentos consistentes;
- Produzir textos respeitando o tema;
- Estabelecer relações entre as partes do texto;
- Estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

4. PALESTRA/ APRESENTAÇÃO ORAL

A apresentação oral é uma atividade que possibilita avaliar a compreensão do aluno a respeito do conteúdo abordado; a qualidade da argumentação; a organização e exposição das idéias. Tanto pode ser a apresentação oral de um trabalho que foi escrito como pode ter a forma de uma palestra, logicamente adequada em questões como tempo de duração (Não se vai pedir a um aluno da Educação Básica que pronuncie uma palestra

de grande duração, esgotando as possibilidades de um conteúdo).

Os critérios de avaliação inerentes a essa atividade são:

- Conhecimento do conteúdo;
- Argumentos selecionados;
- Adequação da linguagem;
- Seqüência lógica e clareza na apresentação;
- Produção e uso de recursos;

5. ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

São aquelas atividades que têm, de fato, a característica de experimentação. São práticas que dão espaço para que o aluno crie hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo.

As atividades experimentais levam em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição. Não se deve, portanto, antecipar para o aluno os resultados ou os próprios caminhos da observação, uma vez que, na construção do conhecimento, o processo que ocorre é tão importante quanto o produto.

É fundamental que o experimento seja significativo no contexto daquele conhecimento com o qual os alunos estão envolvidos, entendendo que esta significação está diretamente relacionada a uma discussão teórica consistente, muito mais do que com a sofisticação dos equipamentos.

A atividade experimental possibilita que se avalie o estudante quanto à sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades. Ressalte-se que o uso adequado e conveniente dos materiais, só poderá ser avaliado de fato se as atividades de experimentação forem sistemáticas. Não se vai conseguir uma utilização apropriada do ambiente e do instrumental se estas atividades forem apenas eventuais.

A proposição de uma atividade experimental requer clareza no enunciado, para que o aluno compreenda o que vai fazer, que recursos vai utilizar. O registro das hipóteses e dos passos seguidos no procedimento são importantes para que professor e aluno avaliem a atividade.

6. PROJETO DE PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo é um método capaz de auxiliar o professor na busca de novas alternativas para o processo de ensino-aprendizagem, colaborando com eficácia a construção de conhecimentos e para a formação dos alunos como agentes sociais. Silva (2002, p. 61) descreve o trabalho de campo como:

a revelação de novos conteúdos decorre da descoberta de que a observação investigativa proporciona, paralelamente à interpretação, à análise reflexiva e crítica que possibilita a formulação de noções ou conceitos; [...] a realização das ações, notadamente no trabalho docente, insere na dimensão pedagógica como o ato de fazer, refutada a reprodução, e como ação compartilhada, refutado o protagonismo exclusivo do professor (ou do livro didático) que coloca o aluno no papel de protagonista da própria aprendizagem.

Uma pesquisa de campo deve ter um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar, o que propicia uma experiência educacional insubstituível.

Encaminhamento de uma pesquisa de campo:

- Preparar o conteúdo a ser desenvolvido, definir tanto o conteúdo estruturante como o específico, discutindo com os alunos em sala de aula. É importante investigar os interesses dos alunos e suas expectativas;
- Escolher o local, fazer o reconhecimento do mesmo antecipadamente;
- Elaborar um roteiro de trabalho com todas as instruções necessárias, questionamentos ou problematização;
- Os alunos devem ser orientados para registrarem as informações, no local;
- Definir o material necessário para a pesquisa de campo;
- Escolher a data, horário e instruir alunos de como devem proceder, o que levar;
- Em classe o trabalho de organização dos dados e exame do material coletado, concluindo assim o trabalho prático.

O projeto de pesquisa de campo possibilita que o professor avalie o desempenho dos alunos durante todo o processo, observando a adequação de seus procedimentos em relação ao tema da pesquisa e aos dados que se quer coletar.

A conclusão do projeto poderá ocorrer na forma de relatórios, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros, nos quais os alunos terão avaliada sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, sua capacidade de síntese.

7. RELATÓRIO

O Relatório é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida. Na Educação Básica, os relatórios auxiliam no aprimoramento da habilidade nesta área específica da comunicação escrita. É, também, um instrumento de ensino, pois possibilita ao estudante a reflexão sobre o que foi realizado, reconstruindo seu conhecimento, o qual foi desenvolvido na aula de campo, pesquisa, laboratório, atividade experimental, entre outras.

O relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

Este é um instrumento que pode ser utilizado a partir de quaisquer atividades desenvolvidas durante o processo de ensino e aprendizagem.

O relatório deve apresentar os dados ou informações coletadas, ou procedimentos desenvolvidos, que análises foram feitas e a quais resultados se chegou.

São elementos do relatório:

1. Introdução: Informações iniciais que apresentem o trabalho que deu origem ao relatório, apontando quais são os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.
2. Metodologia e materiais : descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição sucinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.
3. Análise: é a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados que foram obtidos. Na análise podem constar os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. Nesta parte do relatório, o estudante pode utilizar tabelas, gráficos, imagens, que permitam uma visualização melhor dos resultados. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo e as discussões teóricas que deram origem à atividade em questão.
4. Considerações Finais: Neste item do relatório será possível observar se a atividade desenvolvida foi significativa na construção do conhecimento, já que, aqui, o aluno vai apresentar os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar ao estudante a apreciação sobre o trabalho realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.

8. SEMINÁRIO

O seminário é um procedimento metodológico que tem por objetivos a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, onde cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados.

A elaboração de um seminário, além de aprofundar e complementar as explicações feitas em aula, cria, ainda, a possibilidade de colocar o estudante em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Segundo Frota-Pessoa, os seminários não devem ser trabalhados como se fossem aulas expositivas dadas pelos estudantes, onde relatam sobre assuntos estudados em livros. Os seminários devem trazer, também, o relato de atividades realizadas pela equipe, tais como experimentos, observações, coleta de dados, entrevista com especialistas, entre outros. Além disso, esta atividade permite que o estudante fale em público, ordene as idéias para expô-las, ouça críticas debatendo-as, perca a inibição e fale aos colegas com seriedade.

A forma de avaliação em seminário merece atenção especial por parte do professor, pois podem-se cometer erros em relação aos estudantes que têm dificuldade em se expressar. É importante que a avaliação do seminário seja dividida em itens, com valores específicos para cada um deles. Entre algumas possibilidades, é importante que se avalie: a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa; os relatos trazidos para enriquecer a apresentação; a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

O estudante precisa saber como foi esta avaliação, para que veja onde falhou e possa melhorar em outras oportunidades. Os itens devem ser discutidos com os estudantes na ocasião em que o seminário for proposto.

9. DEBATE

É no debate que podemos expor nossas idéias e, ouvindo os outros, nos tornarmos capazes de avaliar nossos argumentos. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos. Na tentativa de assegurar a ética e a qualidade do debate, os participantes devem atender as seguintes normas, que constituem-se em possíveis critérios de avaliação:

1. Aceitar a lógica da confrontação de posições, ou seja, existem pensamentos

divergentes;

2. Estar dispostos e abertos a ultrapassar os limites das suas posições pessoais;
3. Explicitar racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
4. Admitir o carácter, por vezes contraditório, da sua argumentação;
5. Buscar, na medida do possível, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
6. Registrar, por escrito, as idéias surgidas no debate.

Além disso, o debate possibilita que o professor avalie:

- o uso adequado da língua portuguesa em situações formais;
- o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
- a compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

10. ATIVIDADES COM TEXTOS LITERÁRIOS

Ao utilizar textos literários como recurso de aprendizagem, o professor poderá, entre várias possibilidades, enriquecer as discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido; apresentar o conteúdo no contexto de outra linguagem; utilizá-lo como metáfora do que está sendo exposto.

O trabalho com o texto literário passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Na escolha do texto, o professor deve atentar para adequação do mesmo, tanto no que tange ao nível de ensino do aluno, quanto à faixa etária do mesmo, ou ainda a linguagem utilizada.

Na elaboração da atividade, o professor deverá considerar a especificidade de sua disciplina, porém, vale lembrar que dela poderão resultar trabalhos escritos, orais ou expressos por meio de recursos artísticos tais como colagens, charges, gravuras, etc.

A atividade com o texto literário possibilita que o professor avalie

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada no texto;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido.
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos do texto literário.

11. ATIVIDADES A PARTIR DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

Os recursos audiovisuais permitem situações de ensino/aprendizagem que podem enriquecer o trabalho com os conteúdos das disciplinas.

O trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros, demanda a pesquisa do professor sobre o recurso a ser levado para os alunos.

Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.

As atividades efetivadas com os recursos audiovisuais possibilitam que o professor avalie, entre outros critérios:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos daquele recurso;

12. TRABALHO EM GRUPO

O objetivo do trabalho em grupo é desenvolver dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem.

A perspectiva para o trabalho em grupo é aquela em que as ações pedagógicas envolvam o aluno, seja nas tarefas realizadas por seu grupo, seja na definição de atitudes que promovam uma interação social; é aquela em que as ações de um aluno o conduzem a compartilhar conhecimento, contribuindo de forma significativa para a sua aprendizagem. Nesta prática pedagógica, as ações do professor são as de um orientador que acompanha o trabalho do grupo e que, na medida da necessidade, redireciona as atividades.

Quando se considera que os estudantes se aproximam do objeto de estudo de formas e com intensidades diferentes, a realização do trabalho em grupo apresenta-se como ocasião de enriquecimento desta aproximação, tendo em vista o trabalho coletivo. Além disso, perguntas ou observações que muitos alunos não colocam para o professor, são socializadas no grupo.

O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam

elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Nessas atividades, o professor pode avaliar se cada aluno:

- Demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados;
- Compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

13. QUESTÕES DISCURSIVAS

Essas questões fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Este tipo de questão exige resposta clara, concisa e completa e estas características decorrem da compreensão que o aluno tenha sobre o conteúdo abordado pela questão e de sua capacidade de análise e síntese, uma vez que escrever muito não garante uma resposta completa. Alguns critérios devem ser considerados:

- Verificar se o aluno compreendeu o enunciado da questão. Se não houve esta compreensão, é preciso considerar se está havendo falha na leitura do aluno ou se o próprio enunciado carece de clareza e objetividade.
- Observar, quando for o caso, se o aluno planejou a solução, e se essa tentativa foi adequada.
- Capacidade do aluno se comunicar por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
- Observar se houve a sistematização do conhecimento de forma adequada.

Na elaboração destas questões o professor deve apresentar um enunciado de forma clara, com qualidade e linguagem adequada. O bom planejamento da questão, o grau de dificuldade e os critérios previamente considerados são pontos importantes que constituem o processo de avaliação.

14. QUESTÕES OBJETIVAS

Este tipo de questão deverá ser utilizada como um componente da avaliação, nunca deve ser aplicada como a única ou principal forma avaliativa, pois seu principal objetivo é a fixação do conteúdo.

Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

A questão objetiva possibilita que se avalie a leitura compreensiva do enunciado; a apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; a capacidade de se utilizar de conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BONILLA, S. H e GIANNETTI, B. F. **Antes de escrever um relatório, leia-me**. Disponível em: <members.tripod.com/~collatio/regeq/relat.htm > Acesso em: 27 de fevereiro de 2008.

FROTA-PESSOA, O. **Acessoria Pedagógica** – Scipione Educação. Disponível em <<http://www.scipione.com.br/campanhas/pnlem2007/pdf/manual3.pdf>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2008.

GERALDI, João W. **Portos de passagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SILVA, A. M. R. da. **Trabalho de campo: prática “andante” de fazer Geografia**. Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, UERJ, n. 11, p. 61-74, jan. 2002,

FILOSOFIA / vários autores. - Curitiba: SEED-PR, 2006. - 336p. (Livro Didático Público – ISBN: 85-85380-33-0) p.11.

ANEXO

Para inserir as atividades no Portal, é preciso considerar os campos obrigatórios:

1º – Os campos de identificação:

- Identificação dos integrantes do Grupo de Estudos
- Nível de Ensino
- Disciplina
- Conteúdo Estruturante
- Conteúdo Básico
- Tipo de Atividade

2º – O campo de Texto – neste campo deverão constar:

- a) O conteúdo específico
- b) O enunciado da atividade, tal como será apresentado ao aluno;
- c) A justificativa para que aquela atividade seja realizada no trabalho com aquele conteúdo;
- d) Abordagem pedagógica, estratégias, instrumentos e recursos utilizados;
- e) Indicação dos textos que os alunos deverão ler, referenciando-os adequadamente (nas atividades em que a leitura seja requisito);
- f) Critérios de avaliação;
- g) Possíveis conclusões e resultados a serem obtidos com a atividade.